

## Justificativa Jurídica para Manutenção da Nota Atribuída ao Projeto "Ziraldo em Caratinga: O Lúdico e a Arte Digital"

Após análise detalhada do recurso apresentado por Brendon Gomes, proponente do projeto "Ziraldo em Caratinga: O Lúdico e a Arte Digital", com base no Edital nº 02/2024, é importante ressaltar os fundamentos jurídicos que sustentam a manutenção da nota atribuída ao projeto. A análise foi pautada pelos princípios da **legalidade**, **impressoalidade**, **moralidade** e **eficiência**, bem como pela aderência aos critérios estabelecidos no edital.

### 1. Mérito Cultural do Projeto e Homenagem a Ziraldo

Embora o projeto "Ziraldo em Caratinga: O Lúdico e a Arte Digital" esteja de fato alinhado à proposta simbólica do edital, que visa homenagear o artista Ziraldo, é importante observar que a análise dos projetos não se limita à homenagem direta ao homenageado, mas sim à **qualidade técnica**, **viabilidade** e **impacto cultural** de cada proposta.

O **art. 37 da Constituição Federal** estabelece que todos os atos administrativos devem respeitar o princípio da **impressoalidade**. Ou seja, a avaliação de cada projeto deve ser realizada com base em critérios objetivos e padronizados, de modo que a homenagem ao artista, embora relevante, não pode ser o único critério determinante para a aprovação ou classificação de um projeto.

Além disso, a **Lei nº 13.979/2020**, que regula processos seletivos públicos, orienta que a análise deve ser técnica e fundamentada, considerando a viabilidade dos projetos dentro do escopo estabelecido no edital. A ausência de menção direta a Ziraldo nos outros projetos não compromete automaticamente a sua qualidade ou a sua aderência aos objetivos do edital, desde que cumpram os critérios estabelecidos. Por isso, decide-se por manter a nota obtida.

### 2. Critério de Planilha Orçamentária

A alegação de que a planilha orçamentária do projeto "Ziraldo em Caratinga: O Lúdico e a Arte Digital" apresenta valores elevados foi fundamentada na análise de compatibilidade com práticas de mercado. Contudo, conforme o **art. 37 da Constituição**, que exige que as ações da administração pública sejam eficientes, é necessário que o orçamento apresentado seja compatível com a execução real do projeto, considerando os custos efetivos para a implementação da proposta, especialmente quando se tratam de tecnologias como a Inteligência Artificial, como mencionado no recurso.

O **art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020** impõe a necessidade de fundamentação das decisões administrativas. A Comissão de Seleção tem o dever de apresentar um parecer detalhado sobre os itens orçamentários questionados, explicando quais aspectos específicos foram considerados elevados, como foi feito por esta comissão de avaliação no momento pertinente

### 3. Critério de Compatibilidade da Ficha Técnica

O ponto relacionado à ficha técnica e à equipe proposta foi observado na sugestão de ampliação da equipe, o que é um procedimento comum em processos seletivos onde o tamanho e complexidade do projeto exigem uma equipe maior. O **art. 37, § 6º da Constituição Federal** reforça a necessidade de eficiência na execução de projetos públicos, o que inclui uma avaliação cuidadosa sobre a compatibilidade entre o escopo do projeto e a equipe proposta. No entanto, a Comissão justificou detalhadamente a necessidade de ampliação da equipe

### 4. Critério de Trajetória Artística e Cultural do Proponente

A trajetória artística e cultural do proponente foi considerada com base nas evidências apresentadas no plano de trabalho e no currículo. O **art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal**, garante a liberdade de exercício de qualquer profissão, ofício ou trabalho, e a exigência de uma produção consolidada não deve ser vista como requisito absoluto para a participação em editais, mas sim como um indicativo de capacidade técnica. A Comissão deve avaliar a competência do proponente a partir dos elementos que comprovem a experiência e a capacidade de execução do projeto, e não apenas pela produção de trabalhos de grande escala.

### 5. Princípios da Legalidade e da Transparência

O **art. 37 da Constituição Federal** impõe que a administração pública, em especial no âmbito de editais públicos, atue com base nos princípios da **legalidade e transparência**. A Comissão deve garantir que todas as notas atribuídas aos projetos sejam fundamentadas de forma clara e objetiva, e que as justificativas de todas as decisões estejam detalhadas para garantir a legitimidade do processo seletivo. Caso o recurso aponte falhas específicas na argumentação que levou à atribuição das notas, a Comissão deverá fornecer uma explicação mais detalhada, conforme estabelece o **art. 5º da Lei nº 13.979/2020**, que exige a motivação das decisões, como assim foi feito da análise de mérito do projeto do proponente.

## Conclusão

Considerando os princípios constitucionais de **impeccabilidade, eficiência, transparência e legalidade**, bem como os requisitos e critérios definidos no edital, a manutenção da nota atribuída ao projeto "Zirardo em Caratinga: O Lúdico e a Arte Digital" se justifica, uma vez que a Comissão de Seleção tem o dever de avaliar o projeto com base nos critérios técnicos estabelecidos no edital.

Atenciosamente,  
Comissão de Análise  
Edital 02/2024 - Zirardo Alves Pinto

Belo Horizonte- MG, 23 de dezembro de 2024

---

**DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**CPF: 116.724.226-20**

**RG: 16.796.069**